

**EDcl no AgRg nos EDcl nos EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE
SEGURANÇA Nº 6.864 - DF (2008/0149644-8)**

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
EMBARGANTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS
DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : ELTON SYLVIO SANTOS
INTERES. : ELY MUYLAERT JAENCHEN
INTERES. : ENIR COLARES DE MEDEIROS
INTERES. : ENNIO SALES DE ANDRADE
INTERES. : EPITACIO DIAS CARNEIRO
INTERES. : EUCLAR PERES GUIMARÃES
INTERES. : EVALDO ALVES DE PAULA ANTUNES
INTERES. : EVANDRO PINTO LIMA
INTERES. : EVANDRO VIEIRA VAZ
INTERES. : FERDINAND JAYMOT LOPES
INTERES. : FERNANDO CARLOS DE SOUZA
INTERES. : FERNANDO ESTRLLA BASTOS
INTERES. : FERNANDO JOSÉ DE FARIA MARTINS
INTERES. : FERNANDO MAGINA
INTERES. : FERNANDO SENRA DE OLIVEIRA
INTERES. : FERNANDO WALTER DE ARAUJO SOARES
INTERES. : FLAVIO GOMES BARRETO
INTERES. : FRANCISCO AZAMBUJA SILVA
INTERES. : FRANCISCO DE ASSIS GALVÃO
INTERES. : FRANCISCO DO VALE COSTA
INTERES. : FRANCISCO FERRAZ
INTERES. : FRANCISCO MONTEIRO ROCHA
INTERES. : FRANCISCO PINTO PEREIRA FILHO
INTERES. : GARIBALDI A OLIVEIRA
INTERES. : GEORGE LUIZ MOUNIER PECEGO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LITISPENDÊNCIA. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do Código de Processo Civil, não são meio próprio ao reexame da causa, devendo limitar-se ao esclarecimento de obscuridade, contradição, omissão ou à existência de erro material no julgado.

2. No caso em exame, o julgado embargado concluiu pela ocorrência da litispendência em relação aos MS 4.000/DF e MS 4.151/DF, bem como

aos feitos que tramitam na Justiça Federal, devendo, portanto, ser julgada extinta a demanda.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Joel Ilan Paciornik, Felix Fischer, Laurita Vaz, Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Nefi Cordeiro e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Antonio Saldanha Palheiro.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019 (data do julgamento)

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator